O voto latino nas eleições de 2026: migração, direitos e saúde nos Estados Unidos

El voto latino en las elecciones de 2026: migración, derechos y salud en Estados Unidos

The Latino Vote in the 2026 Elections: Migration, Rights, and Health in the United States

Rafael França e Sebastián Tobar

Resumo: As eleições de meio de mandato de novembro de 2026 devolveram aos democratas o controle do Congresso dos Estados Unidos e evidenciaram mudanças no comportamento do eleitorado latino. Este artigo analisa essa inflexão considerando as preocupações com a economia, a diversidade política das comunidades latinas e o endurecimento da política migratória no segundo governo de Donald Trump. Distingue-se o eleitor latino do migrante internacional, pois os efeitos das deportações alcançam também famílias e trabalhadores sem direito ao voto. Com base em pesquisas do Pew Research Center, do Migration Policy Institute, da KFF e em dados eleitorais da Associated Press, discutem-se as relações entre cidadania, proteção social, acesso à saúde e vínculos com a América Latina. Argumenta-se que o voto latino ganha importância não apenas pelos resultados eleitorais, mas pela tensão entre a dependência econômica da migração e as políticas que restringem direitos e condições de permanência.

Palavras-chave: voto latino; migração internacional; eleições norte-americanas; política migratória; saúde global.

Resumen: *Las elecciones de mitad de mandato de noviembre de 2026 devolvieron a los demócratas el control del Congreso de los Estados Unidos y pusieron de manifiesto cambios en el comportamiento del electorado latino. Este artículo analiza este cambio de tendencia tomando en cuenta las preocupaciones económicas, la diversidad política de las comunidades latinas y el endurecimiento de la política migratoria durante el segundo mandato de Donald Trump. Se distingue al elector latino del migrante internacional, ya que los efectos de las deportaciones también afectan a familias y trabajadores sin derecho al voto. Con base en investigaciones del Pew Research Center, del Migration Policy Institute, de KFF y en datos electorales de Associated Press, se analizan las relaciones entre ciudadanía, protección social, acceso a la salud y vínculos con América Latina. Se argumenta que el voto latino cobra importancia no solo por los resultados electorales, sino por la tensión entre la dependencia económica de la migración y las políticas que restringen los derechos y las condiciones de permanencia.*

Palabras clave: *voto latino; migración internacional; elecciones estadounidenses; política migratoria; salud global.*

Abstract: *The November 2026 midterm elections returned control of the U.S. Congress to the Democratic Party and highlighted changes in Latino voting patterns. This article examines that shift in light of economic concerns, political diversity among Latino communities, and the tightening of immigration enforcement during Donald Trump's second administration. It*

distinguishes Latino voters from international migrants, as deportation policies also affect families and workers who cannot vote in federal elections. Drawing on research from the Pew Research Center, the Migration Policy Institute, and KFF, as well as election reporting from the Associated Press, the article discusses the connections between citizenship, social protection, healthcare access, and transnational ties with Latin America. It argues that the political significance of the Latino vote extends beyond election results, revealing a tension between the U.S. economy's reliance on immigrant labor and policies that undermine migrants' rights and security of residence.

Keywords: *Latino vote; international migration; U.S. midterm elections; immigration policy; global health.*

Introdução

As eleições de meio de mandato de 3 de novembro de 2026 devolveram aos democratas o controle da Câmara dos Representantes e do Senado. O resultado também registrou uma mudança no comportamento de parte dos eleitores latinos, cujo apoio aos republicanos havia crescido na disputa presidencial de 2024. No Texas, essa inflexão contribuiu para vitórias democratas em disputas até então dominadas pelo Partido Republicano. Não se trata, porém, de uma transferência definitiva de lealdades partidárias, mas de um sinal político que precisa ser lido à luz das condições econômicas e das decisões do segundo governo de Donald Trump (Associated Press, 2026a; 2026b).

O voto latino reúne eleitores com origens nacionais, trajetórias familiares, posições ideológicas e experiências de migração muito diferentes. É também um eleitorado submetido, em graus distintos, aos efeitos de uma política que colocou detenções e deportações no centro da agenda presidencial. A análise eleitoral ganha densidade quando diferencia cidadãos que votam, migrantes que adquiriram a cidadania e residentes estrangeiros que vivem e trabalham nos Estados Unidos, mas não participam das eleições federais.

Este artigo examina a relação entre essas dimensões, sem reduzir as escolhas eleitorais à imigração. Economia, renda, moradia e acesso à saúde orientam parte importante das preferências políticas, enquanto a fiscalização migratória produz consequências que atravessam fronteiras, famílias e sistemas de proteção. Para os países latino-americanos, a questão não se limita a quem controla o Congresso norte-americano: envolve também o futuro das relações migratórias e a capacidade de enfrentar os efeitos sociais das políticas de retorno e expulsão.

Quem são os eleitores latinos?

Segundo o Pew Research Center (2026a), aproximadamente 39 milhões de latinos estavam aptos a votar em 2026, um crescimento de 5,2 milhões em relação às eleições de 2022. Cerca de 80% desse aumento decorreu da chegada à idade eleitoral de jovens latinos nascidos nos Estados Unidos. O dado revela um aspecto frequentemente negligenciado: crescimento do eleitorado latino não equivale a crescimento da imigração recente. Cidadania, origem familiar e condição migratória não podem ser usadas como sinônimos.

Há cidadãos de famílias mexicanas, porto-riquenhas, cubanas, venezuelanas, brasileiras e de outras origens, além de diferentes gerações e experiências de naturalização. Em muitos domicílios convivem cidadãos norte-americanos e residentes estrangeiros com situações

documentais distintas. A política migratória pode, portanto, influenciar o voto de pessoas que jamais migraram, mas cujos parentes, vizinhos ou colegas estão sujeitos à fiscalização. Por outro lado, muitos dos diretamente afetados pelas deportações não dispõem de voto para influenciar as escolhas do governo.

A distribuição territorial também importa. O Texas reúne uma das maiores proporções de eleitores latinos do país, enquanto Arizona e Nevada possuem comunidades cuja participação pode alterar disputas de margens estreitas. Na Flórida, as diferenças entre comunidades de origem cubana, porto-riquenha, venezuelana e outras tornam especialmente inadequada qualquer leitura uniforme. Dados referentes a 2024 indicavam participação de cerca de 32% no Texas, 25% no Arizona e 22% em Nevada e na Flórida entre os eleitores aptos (Pew Research Center, 2026a). A força demográfica, contudo, só se converte em resultado político conforme participação, mobilização e prioridades locais.

Economia, política migratória e mudança eleitoral

Às vésperas da eleição, uma pesquisa do Pew Research Center com 774 eleitores latinos registrados indicava preferência de 51% por candidatos democratas à Câmara, contra 24% por republicanos. Também mostrava que 55% associavam o voto ao desejo de se opor a Trump. São dados de intenção de voto e percepção política, não resultados da votação. Seu valor está em revelar a combinação de insatisfação econômica e desgaste presidencial que antecedeu as urnas (Pew Research Center, 2026b).

A economia era considerada muito importante por 86% dos entrevistados; saúde, por 80%; e imigração, por 64%. Ao mesmo tempo, 62% avaliavam que o governo estava indo longe demais nas deportações. Esses percentuais ajudam a compreender por que o eleitor latino não pode ser descrito apenas por sua posição sobre fronteiras. O custo dos alimentos, da energia e da moradia afeta tanto eleitores que apoiam políticas restritivas quanto aqueles que as rejeitam (Pew Research Center, 2026c).

Depois da eleição, a Associated Press identificou que aproximadamente um terço dos eleitores hispânicos votou em candidatos republicanos à Câmara, menos do que a parcela que havia apoiado Trump em 2024. No Texas, cerca de sete em cada dez eleitores hispânicos apoiaram o democrata James Talarico na disputa para o Senado. A mudança favoreceu os democratas, mas não transformou os latinos em uma base partidária homogênea: os resultados variaram conforme estado, geração, candidaturas e contexto local (Associated Press, 2026b).

O elemento decisivo é que insatisfação com o governo e apoio a certas medidas de controle migratório podem coexistir. Um eleitor pode defender a fiscalização das fronteiras e rejeitar a deportação de trabalhadores estabelecidos há anos; pode também votar pela inflação, pelo custo do seguro de saúde ou pelo emprego sem ter a imigração como prioridade. O resultado de 2026 deve ser interpretado como uma reavaliação política em determinadas circunstâncias, não como garantia de alinhamento duradouro com os democratas.

O alcance social das deportações

Os Estados Unidos continuam sendo o principal destino mundial de migrantes internacionais. Em 2025, cerca de 51,9 milhões de residentes haviam nascido no exterior, aproximadamente 15,4% da população, e representavam parcela expressiva da força de trabalho (Pew Research Center, 2025). Essa inserção econômica convive com o aprofundamento

da fiscalização migratória no segundo governo Trump, que ampliou a capacidade operacional de detenções e expulsões.

O Migration Policy Institute (2026) estimou aproximadamente 980 mil deportações entre janeiro de 2025 e julho de 2026, incluindo remoções e retornos. A maior parte dizia respeito a pessoas interceptadas na fronteira, mas cresceram as deportações decorrentes de prisões no interior do país. Entre as deportações realizadas pelo ICE, 61% envolveram pessoas que viviam nos Estados Unidos havia pelo menos dois anos. A distinção é essencial: somar retornos na fronteira e expulsões de residentes estabelecidos, sem explicar os critérios, compromete a interpretação dos dados.

O alcance dessas medidas não termina na pessoa deportada. A separação familiar pode interromper a renda, reorganizar o cuidado de crianças e idosos e ampliar a insegurança de famílias com diferentes situações de cidadania. Também interfere na confiança das comunidades em instituições que não são responsáveis pela fiscalização. A legitimidade do controle migratório, atribuição do Estado, não dispensa o exame da proporcionalidade das medidas, das garantias legais e de suas consequências sobre pessoas que construíram vínculos duradouros no país.

Migração e saúde: efeitos que escapam às urnas

A dimensão sanitária é particularmente relevante para a Saúde Global. Quando o receio de identificação ou detenção afasta pessoas das instituições, a política migratória pode afetar o acesso à prevenção, ao acompanhamento de doenças e à continuidade dos tratamentos. Nem sempre é necessário existir uma proibição formal de atendimento: a percepção de risco pode ser suficiente para modificar o comportamento das famílias.

Em pesquisa realizada pela KFF e pelo New York Times em 2025, 41% dos imigrantes entrevistados declararam temer que eles próprios ou algum familiar fossem detidos ou deportados. Outros 14% afirmaram que eles ou integrantes de suas famílias haviam evitado procurar serviços de saúde devido a preocupações ligadas à imigração (KFF, 2025). Esses dados descrevem experiências de migrantes, não as opiniões do eleitorado latino, e mostram por que confundir as duas populações produziria uma análise equivocada.

O impacto ultrapassa os serviços de saúde. O medo de circular pode atingir trabalho, escola, atividades comunitárias e relações de vizinhança, com consequências sobre a renda, a saúde mental e a proteção de crianças. Para autoridades sanitárias, o desafio está em manter vínculos de confiança com pessoas que precisam de atendimento, independentemente das disputas sobre fiscalização migratória. A proteção da saúde não é uma competência isolada dos órgãos de saúde; depende também de decisões sobre documentação, segurança e acesso a direitos.

O voto latino e as relações com a América Latina

A política migratória norte-americana possui consequências que ultrapassam suas fronteiras. Deportações, restrições ao asilo e mudanças nos procedimentos de regularização repercutem sobre países de origem e trânsito, redes familiares, remessas e serviços locais de acolhimento. Governos e municípios latino-americanos podem ter de responder a demandas de documentação, inserção econômica, assistência social e saúde geradas por decisões adotadas em Washington.

A nova composição do Congresso abre possibilidades adicionais de fiscalização parlamentar, debate orçamentário e supervisão da política migratória. A vitória democrata nas duas casas, porém, não significa reversão automática das medidas do Executivo. A formulação e a execução dessa agenda dependem de legislação, decisões judiciais, competências presidenciais e negociações políticas (Associated Press, 2026a).

Nessa relação, o eleitor latino pode influenciar escolhas que afetam também quem não vota. Mas essa influência não é automática, nem representa uma posição única da América Latina. As diferentes histórias das comunidades, seus vínculos com os países de origem e suas preocupações domésticas produzem agendas muitas vezes divergentes. O Congresso e as relações bilaterais importam, portanto, tanto pela representação política quanto pelas capacidades de proteção consular e cooperação com os países afetados.

Considerações finais

As eleições de 2026 confirmaram a relevância do voto latino e, ao mesmo tempo, os limites de explicações baseadas exclusivamente na origem étnica. A mudança de preferência de parte desses eleitores esteve associada à insatisfação econômica, ao julgamento do governo e às consequências da política migratória. O resultado não autoriza concluir que haverá um alinhamento permanente ao Partido Democrata, tampouco que a imigração tenha determinado sozinha o comportamento eleitoral.

A principal questão para o debate sobre migrações está na distância entre quem sofre os efeitos das políticas e quem pode influenciá-las pelo voto. Cidadãos latinos, migrantes naturalizados e residentes estrangeiros compartilham cidades, famílias e mercados de trabalho, mas ocupam posições distintas diante do sistema político. Essa assimetria ganha consequências concretas quando detenções, deportações ou barreiras ao acesso à saúde passam a atingir a vida cotidiana de comunidades inteiras.

Para a América Latina e a Saúde Global, acompanhar a nova legislatura exigirá observar não apenas a disputa entre partidos, mas a capacidade de garantir direitos, preservar vínculos familiares e responder aos efeitos transnacionais da política migratória. A eleição de 2026 oferece uma fotografia relevante. O que ela antecipa para 2028 dependerá das respostas institucionais e das condições de vida que os eleitores encontrarão nos próximos anos.

Referências

ASSOCIATED PRESS. Calling control of Congress in the 2026 midterm elections. 2026a. Disponível em: https://www.ap.org/the-definitive-source/behind-the-news/calling-control-of-congress-in-the-2026-midterm-elections/. Acesso em: 9 nov. 2026.

ASSOCIATED PRESS. Latino voters swing left in midterm elections, lifting Democrats to big wins in Texas and nationwide. 2026b. Disponível em: https://apnews.com/article/latino-voters-2026-midterms-texas-a65181f2be4d2f4b66cb45343f1627c2. Acesso em: 9 nov. 2026.

KFF. KFF/New York Times 2025 Survey of Immigrants: Worries and Experiences Amid Increased Immigration Enforcement. 2025. Disponível em: https://www.kff.org/racial-equity-and-health-policy/kff-new-york-times-2025-survey-of-immigrants-worries-and-experiences-amid-increased-immigration-enforcement/. Acesso em: 9 nov. 2026.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. U.S. Deportations and “Self-Deportations” in the First 18 Months of the Second Trump Term. Texto de Marc R. Rosenblum. out. 2026. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/publication/us-deportations-second-trump. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. What the data says about immigrants in the U.S. 21 ago. 2025. Disponível em: https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/08/21/key-findings-about-us-immigrants/. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. The U.S. Electorate's Changing Racial and Ethnic Makeup. 10 set. 2026a. Disponível em: https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/09/10/the-u-s-electorates-changing-racial-and-ethnic-makeup/. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. How Latino Voters Are Experiencing the 2026 Midterm Elections. 16 out. 2026b. Disponível em: https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/10/16/how-latino-voters-are-experiencing-the-2026-midterm-elections/. Acesso em: 9 nov. 2026.

PEW RESEARCH CENTER. The Economy Is the Top Issue for Latino Voters in the 2026 Midterms. 16 out. 2026c. Disponível em: https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2026/10/16/the-economy-is-the-top-issue-for-latino-voters-in-the-2026-midterms/. Acesso em: 9 nov. 2026.